

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

A gestão da educação no contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral Norte do RS

Luciani Paz Comerlatto
Sinthia Cristina Batista
Eliane Menegotti
Organizadoras


UFRGS
EDITORA
Apoio

 **SEAD**
UFRGS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões

Vice-Reitora

Patricia Helena Lucas Pranke

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

Júlio Otávio Jardim Barcellos

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Cláudio Oliveira Rios

Conselho Editorial

Carlos Gustavo Tornquist

Fabiana de Amorim Marcello

Leandro Raizer

Sergio Roberto Kieling Franco

Stella de Faria Valle

Simone Sarmento

Henrique Carlos de Oliveira Castro

Andre Luiz Netto Ferreira

Ângela de Moura Ferreira Danilevicz

André Luís Prytoluk

Cláudio Oliveira Rios, presidente

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

A gestão da educação no contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral Norte do RS

Luciani Paz Comerlatto
Sinthia Cristina Batista
Eliane Menegotti
Organizadoras


UFRGS
EDITORA

Apoio

 **SEAD**
UFRGS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

© dos autores
1ª. edição: 2024

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coordenação da Série:
Leonéia Hollerweger, Tanara Forte Furtado e Marcello Ferreira

Coordenação da Editoração: Leonéia Hollerweger e Ely Petry
Revisão: Equipe de Revisão da SEAD
Capa: Bruno Assis, Tábata Costa, Ely Petry, Marcavisual
Editoração eletrônica: Marcavisual

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



FICHA CATALOGRÁFICA

G393 A gestão da educação no contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral Norte do RS [recurso eletrônico] / organizadoras Luciani Paz Comerlato, Sinthia Cristina Batista [e] Eliane Menegotti ; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2024.

494 p. : pdf

(Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

1. Educação. 2. Gestão escolar. 3. Gestão democrática. 4. Política educacional. 5. Formação continuada I. Comerlato, Luciani Paz. II. Batista, Sinthia Cristina. III. Menegotti, Eliane. IV. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. IV. Série.

CDU 37.014.5(816.5)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-102-7

5

Distorção idade/série: um estudo sobre seus fatores numa escola pública do Rio Grande do Sul

Fabiana Machado¹

Elisete Enir Bernardi Garcia²

1 Especialista em Gestão da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Professora na Rede Municipal de Portão.
E-mail: fabyanamachado@bol.com.br

2 Doutora e Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Grupo interdisciplinar de pesquisas em Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular: direito, políticas públicas e processos educacionais.
E-mail: elisete.bernardi@ufrgs.br

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de uma pesquisa vinculada a uma Prática de Intervenção realizada no percurso do desenvolvimento da 1ª Edição do Curso de Especialização em Gestão da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul *campus* Litoral Norte/UAB. O objetivo principal da intervenção foi analisar os principais fatores que levam à distorção idade/série dos estudantes na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Vila São Jorge, localizada no município de Portão (RS). Teve-se como foco os meios de garantia da inclusão, permanência e sucesso escolar, por meio do trabalho coletivo entre a gestão escolar e sua comunidade, juntamente com os demais órgãos que visam e buscam a qualidade e a equidade³ dentro da escola, como o Conselho Escolar e o Conselho Municipal de Educação (CME).

A preocupação com essa temática surgiu primeiramente durante uma reunião realizada pela Promotoria Regional de Educação de Novo Hamburgo (Preduc NH),⁴ que apresentou os dados educacionais do município de Portão, a partir dos quais foi possível perceber que o maior problema da escola EMEF Vila São Jorge estava relacionado à distorção idade/série, principalmente nos anos finais, a partir do sexto ano.

Os dados apresentados indicam no município um alto índice de estudantes em distorção idade/série, com um dado de 44 % (anos finais do Ensino Fundamental), abarcando tanto as escolas municipais

3 Quando nos remetemos e pensamos na palavra equidade, precisamos conceituá-la tecnicamente. Segundo o dicionário Michaelis, essa palavra pode ser definida como "uma justiça natural; disposição para reconhecer imparcialmente o direito de cada um" (Equidade, 2020).

4 Reunião realizada em 28 de agosto de 2019, da qual a pesquisadora Fabiana Machado participou como representante do Conselho Municipal de Educação.

quanto as estaduais. Desse total, 40,5 % são provenientes somente da Rede Municipal, representando, assim, um número bastante elevado e preocupante.

É relevante analisar esses dados e buscar soluções pedagógicas para que a escola consiga ser um espaço de permanência, com qualidade para todas as crianças, jovens e adultos que nela estão inseridos. É nessa perspectiva que se insere nossa pesquisa, que tem como problemática central entender as causas que levam à distorção idade/série e, ao mesmo tempo, refletir sobre o processo de naturalização dessa distorção dentro da escola. Afinal, o que fazer e como fazer para superar esse descompasso na aprendizagem?

Ainda, cabe perguntar a quem compete resolver ou buscar alternativas para correção de fluxo. Seria responsabilidade da mantenedora da Educação do Município, da escola ou dos conselhos representativos da instituição escolar?

Quando falamos em correção de “fluxo escolar”,⁵ estamos indicando que os estudantes não estão se encaminhando pelo trajeto sequencial desejado pelo currículo escolar, ou seja, não estão na série/etapa de acordo com sua idade por motivos diversos; entre eles podemos citar reprovações, descontinuidades do ano escolar, evasão ou abandono. Assim, esses estudantes necessitam de políticas e estratégias pedagógicas para recolocarem-se no fluxo escolar.

Segundo o *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2020), “a distorção idade-série é o indicador educacional que permite acompanhar o percentual de alunos, em

5 Ainda sobre os conceitos aqui utilizados, segundo o dicionário Michaelis, fluxo significa “movimento contínuo de algo que segue um curso” (Fluxo, 2020).

cada série, que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados”. Assim, consideramos que os sujeitos que se encontram nessa situação são estudantes que têm dois ou mais anos de “atraso escolar”. São principalmente adolescentes que, em algum momento, foram reprovados ou evadiram e, posteriormente, retornaram à escola em uma série não correspondente a sua idade.

Diante do exposto, a presente pesquisa⁶ teve como objetivo geral buscar auxiliar a escola nesse processo de investigação, apontando meios para que se promovam a qualidade e a equidade para todos os estudantes que estão envolvidos na distorção de idade/série. Salientamos, aqui, que a educação deve estar pautada nos princípios da Gestão Democrática; nesse sentido, o Conselho Municipal de Educação (CME), importante órgão representativo da sociedade, vem contribuir para a garantia do direito à educação para todos: crianças, jovens e adultos.

Nesse sentido, destaca-se que a dimensão da pesquisa foi qualitativa, baseada na perspectiva da pesquisa-ação. A metodologia deste trabalho reporta-se ao processo do Projeto de Intervenção que foi realizado na EMEF Vila São Jorge e que, a partir de um encontro ampliado com a equipe diretiva da escola, professores, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo (Semecdt), Conselho Municipal de Educação (CME) e Promotoria Regional da Educação de Novo Hamburgo, tratou da questão de reprovações e da distorção idade/série do município (Rio Grande do Sul, 2019). Na ocasião, além da visibilidade dos dados, refletiu-se sobre as ações que deveriam ser realizadas pelos

⁶ Cabe destacar que foram realizadas pesquisas utilizando o repositório Lume da UFRGS e não foram encontrados trabalhos científicos ou pesquisas relacionadas à educação de Portão (RS), que é foco da nossa pesquisa.

órgãos competentes ali envolvidos, entre eles, a escola. Esses dados foram analisados pelas pesquisadoras, resultando na escrita deste artigo.

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário semiaberto, com *link* do Formulários Google, para que a equipe diretiva e os professores da escola respondessem às perguntas relacionadas à distorção idade/série e à realidade das turmas em que lecionam. A organização e a análise dos dados serviram para a interpretação sobre a realidade investigada, dentro de uma perspectiva da Gestão Democrática.

Não poderíamos deixar de mencionar o momento de excepcionalidade que o mundo todo está vivendo com a pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2),⁷ pois tal situação tem desafiado a todos nós envolvidos com a educação,⁸ principalmente no que tange ao abandono e ao aumento da evasão escolar, uma vez que muitos dos estudantes, ao perderem os vínculos com a escola, e com o aumento da desigualdade social, acabam desistindo de continuar seus estudos. E há uma piora significativa principalmente para aqueles que já vêm de um histórico com dificuldades de aprendizagem, comportamentais e de repetições de anos escolares.

7 A situação que se apresenta em decorrência da pandemia da covid-19 não encontra precedentes na história mundial do pós-guerra.

8 Mesmo diante de todas as questões levantadas, entendemos que a preservação da vida deve estar em primeiro lugar e que o retorno das aulas presenciais deve ocorrer apenas quando tivermos condições e barreiras sanitárias adequadas para que todos possam estar em segurança.

DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA: A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Considerando a necessidade de tomarmos por referência a questão da gestão escolar nas escolas, para que esta seja realizada com qualidade e esteja pautada como base e horizonte de toda ação pedagógica, torna-se urgente analisar e refletir sobre a questão da distorção idade/série, suas possíveis causas e o enfrentamento para a correção do fluxo escolar, levando em consideração a importância do trabalho pedagógico dentro de uma perspectiva de Gestão Democrática.

Um dos pressupostos da Gestão Democrática é que a escola, sendo um espaço público, tenha participação ativa de todos os envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem, que devem ser vistos como sujeitos, e não como objetos de sua construção. A escola é, ou deveria ser, um dos espaços democráticos que busca, por meio de sua ação pedagógica, a diversidade humana e a convivência. Para tal, Oliveira, Moraes e Dourado (2004, p. 6) entendem que o trabalho escolar se situa numa esfera não material, pretendendo assim a formação de seres humanos enquanto sujeitos históricos, e enfatizam que “a escola, nessa ótica, caracteriza-se como uma instituição social cuja especificidade consiste em seu caráter criador, como geradora do conhecimento, consubstanciada na indissociabilidade entre teoria e prática”.

Freire (1989, p. 30) corrobora essa ideia ao afirmar que, na construção do conhecimento, o direito à palavra vem do reconhecimento de que nenhum de nós está só no mundo e de que “cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com os outros. Viver ou encarnar esta

constatação evidente, enquanto educador ou educadora, significa reconhecer nos outros [...] o direito de dizer a sua palavra”.

A implantação do Sistema Municipal de Educação (SME), que é uma das formas de possibilitar a construção da Gestão Democrática no município, busca efetivamente promover a qualidade da educação em todas as suas instâncias, com base na participação da sociedade como um todo. Dessa maneira, a criação do SME tornou-se um importante ato de responsabilidade de todos os seus envolvidos, pois a proposta educacional deve estar embasada nos princípios da Gestão Democrática e em suas necessidades e características locais, como afirma Werle (2008, p. 84) quando diz:

Criar seu SME indica a intenção de assumir, com responsabilidade pedagógica, administrativa e política, a educação local. A criação do SME possibilita restringir o abuso do poder e do arbítrio de alguns poderosos e de instalar, por exemplo, processos qualificados de contratação/concurso de docentes de forma que sua designação para escolas da rede siga normas expressas no município, divulgadas e comuns a todas as escolas.

Assim, o SME possibilita que a responsabilidade pela educação seja um comprometimento da comunidade portonense, uma vez que sua autonomia e abrangência se tornam locais e todos participam do processo de democratização do ensino. Ainda, nesse sentido de tomada de decisões coletivas e descentralização do poder do gestor escolar, um dos principais objetivos da escola, na visão de Gestão Democrática, apontado no Projeto Político-Pedagógico da escola, é fortalecer e democratizar as relações humanas, bem como ampliar as relações da escola com

a comunidade. Segundo Paro (2002), a Gestão Democrática da escola pública só vai mudar, tornando-se democrática e autônoma de fato, se a comunidade escolar estiver consciente da força da sua união, exigindo a partir daí seus direitos como comunidade escolar unida.

A problematização: distorção idade/série

Pela legislação que organiza e normatiza a oferta de ensino no país (Lei nº. 9.394, de 1996), a criança deve ingressar aos seis anos de idade no 1º ano do Ensino Fundamental e concluir a etapa aos 14 anos. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no Ensino Médio. O índice da distorção⁹ é calculado em anos e representa a defasagem entre a idade do estudante e a idade recomendada para a série que ele está cursando (Brasil, 1996).

Durante a pesquisa realizada, muitos dos professores entrevistados expressaram o entendimento de que a taxa de distorção idade/série atinge os maiores índices no 6º ano do Ensino Fundamental, em decorrência das aprovações dos estudantes dos anos iniciais, do 1º ao 4º ano, com muitas dificuldades de aprendizagem. Essa visão desconsidera os aspectos sociais, cognitivos e emocionais de cada estudante envolvido nesse processo.

O artigo 24, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9.394) respalda legalmente uma proposta pedagógica de aceleração quando estabelece que um dos critérios da verificação do rendimento escolar seja a aceleração de estudos para estudantes com atraso esco-

⁹ O estudante é considerado em situação de distorção ou defasagem idade/série quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais.

lar. Mais do que uma intervenção pedagógica, alterar o quadro da distorção idade/série é um investimento na educação do município, e se faz necessário entender como esse processo ocorre dentro da escola, uma vez que a correção e a manutenção de fluxo escolar exigem um diagnóstico de cada realidade.

Há uma íntima relação entre a taxa de distorção idade-série e a taxa de repetência, sendo que esta é causa daquela. Embora a relação não seja linear, ela é monótona crescente – quanto maior for a repetência nos anos anteriores ao ano em questão, maior será a defasagem (Soares; Satyro, 2008, p. 10).

A problemática da distorção idade/série precisa ser pensada para além de um espaço de recuperação; precisa estar em sintonia com a Proposta Pedagógica da escola e levar em consideração os interesses e as especificidades de cada estudante, buscando estratégias que visem à prevenção e à manutenção das aprendizagens. Uma das possibilidades de discutir a questão apresentada pode ser por meio dos Conselhos Escolares, o que passaremos a desenvolver a seguir.

O Conselho Escolar na escola: como fica a participação da comunidade?

O Conselho Escolar tem um papel fundamental para a garantia de dois pilares fundamentais para a sociedade: democracia e cidadania. Nessa linha de pensamento, o Conselho Escolar constitui-se como um importante instrumento para propor, de forma participativa, caminhos de discussão e de resoluções das questões locais que envolvem a escola.

O Conselho Escolar pode ser visto como um mecanismo de Gestão Democrática da escola. Segundo Werle (2003), ele se relaciona com os princípios da igualdade, da liberdade e do pluralismo em virtude da sua composição por diferentes segmentos da comunidade escolar em regime de paridade, assegurando o direito de manifestação de diversos pontos de vista e de diferentes opiniões.

Podemos afirmar, então, que a instituição do conselho escolar se justifica pela necessidade de termos um espaço de participação efetiva, tanto dos pais e responsáveis pelos estudantes quanto dos professores e demais segmentos da comunidade escolar. Esse espaço de participação que o Conselho Escolar representa poderá complementar os demais espaços de participação que temos na escola, como conselho de classe, reuniões pedagógicas, associação de pais e mestres, assembleias e reuniões de pais, no enfrentamento dos nossos problemas, reafirmando e legitimando as decisões a serem tomadas coletivamente.

Em conversa com membros que compõem o Conselho Escolar da escola investigada sobre o entendimento que possuem com relação às verdadeiras funções desse Conselho, verificou-se que muitos deles manifestaram que têm pouca ou nenhuma participação na tomada das decisões escolares; ou seja, muitas informações às quais os membros do Conselho Escolar têm acesso estão somente relacionadas a assuntos financeiros da escola, e os conselheiros muitas vezes não entendem a função do Conselho e pouco sabem sobre o seu funcionamento. Consequentemente, suas ações se restringem a atender a direção da escola, principalmente no que tange às exigências que o diretor enfrenta no seu cotidiano: “Em geral, os pais não fazem nada, só vão lá para ouvir algumas coisas e mais nada. O conselho escolar é um ‘segmento’ da

direção. É só para assinar papel. A gente não sabe bem o que se pode fazer, como fazer. Precisamos de uma ajuda, de uma assessoria (Mãe representante, 2020).

Quando questionamos se dentro do Conselho Escolar se discute sobre a problemática da distorção idade/série e em que momentos e espaços a escola vem realizando essa escuta ativa com sua comunidade escolar, há uma unanimidade entre todos: “nunca conversamos sobre isso”. Pergunta-se: como avançar o debate dentro da escola se não há a participação de todos? Como desnaturalizar a compreensão de que a disfunção idade/série acontece por culpa dos estudantes?

O Conselho Escolar mostra-se também um espaço onde se pode debater com profundidade as problemáticas e o cotidiano de maneira crítica, contando com a participação mais efetiva e reunindo todos os segmentos escolares. Dessa maneira, qual é a função do Conselho nessa situação?

A prática de consulta ao conselho escolar não parece estar implantada. Em algumas escolas, professores fazem assembleias de docentes e decidem alterar procedimentos de recuperação, sem envolver o conselho escolar na decisão. Os dados sugerem que a criação do conselho escolar não é suficiente para introduzir uma cultura de participação na comunidade escolar (Werle, 2003, p. 175).

Cabe a nós, educadores, percebermos e entendermos que a distorção idade/série precisa ser mais do que discutida pelos órgãos competentes, como Secretaria de Educação e Conselho Municipal de Educação, mas também ser entendida como um assunto que deve ser dialogado com todos os membros da comunidade escolar. A escola pre-

cisa se questionar sobre o que vem fazendo de fato para resgatar a autoestima e prever alternativas que visem à superação dessa defasagem entre os estudantes.

Seguindo o estudo sobre a temática, a seguir, vamos discutir e problematizar os dados pesquisados na escola.

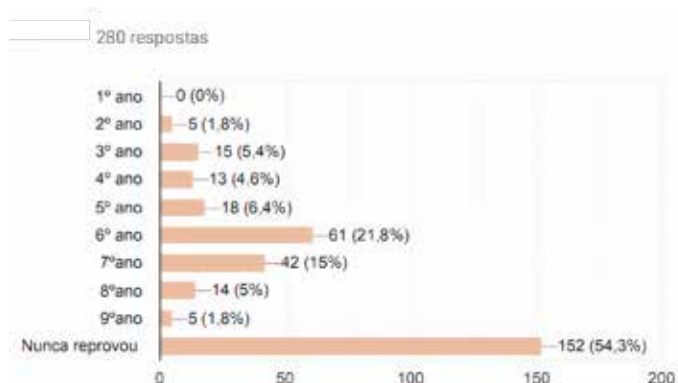
UMA MIRADA POR MEIO DOS INDICADORES

Para que possamos refletir sobre a realidade da escola pesquisada, é preciso analisar os indicadores que apontam para a distorção idade/série. Esses indicadores são fundamentais para a compreensão das reprovações que acontecem na escola.

No Gráfico 1,¹⁰ que demonstra as reprovações da escola no ano de 2018, podemos verificar que, de 280 alunos, 173 reprovaram. É possível inferir que essa situação de reprovação é que tem gerado a disfunção idade/série na escola. Outra questão dessa realidade é pensar os motivos que levaram ao alto número de reprovados nos sextos anos, visto que, somado ao dos sétimos anos, atinge o percentual de 37 % de reprovados da escola. Podemos, assim, identificar que as maiores taxas de estudantes fora da idade estão nos anos finais do Ensino Fundamental.

10 Os dados do Gráfico 1 foram coletados pela escola no segundo semestre de 2019 e objetivaram olhar a vida escolar dos estudantes ao longo de sua trajetória, considerando desde o seu ingresso no Ensino Fundamental, por meio das fichas de matrículas e históricos escolares.

Gráfico 1 - Reprovações em 2018.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Legenda descritiva: O gráfico de barras horizontais mostra o número de reprovações durante o ano de 2018. No eixo vertical estão listados os anos/seriação do primeiro ao nono ano, mais a opção "nunca reprovou". O gráfico mostra que no primeiro ano houve zero reprovações, no segundo ano, cinco reprovações, no terceiro ano, 15 reprovações, no quarto ano, 13 reprovações, no quinto ano, 18 reprovações, no sexto ano, 61 reprovações, no sétimo ano, 42 reprovações, no oitavo ano, 14 reprovações, no nono ano, 5 reprovações e "nunca reprovaram", 152 respostas. (Fim da descrição).

A equipe de gestão da escola, ao ser questionada sobre esse contexto de reprovação, apresentou as principais razões para essa situação, a saber: o não acompanhamento da família, o excesso de faltas e a transferência escolar.

Caberia perguntar se esses estudantes são os mesmos dos anos iniciais. É preciso considerar que muitos estudantes ingressam em novas escolas no sexto ano. Uma análise que poderia ser realizada é verificar se os alunos reprovados nos sextos anos são predominantemente os que ingressaram na escola naquele ano. Essas questões podem indicar mais pontualmente a análise da reprovação.

É preciso pensar essa situação das reprovações não só para evitar a disfunção idade/série, mas também para que a escola cumpra com a sua finalidade de aprendizagem com qualidade para todos. Nesse sentido, de acordo com Oliveira (2002, p. 250):

Uma escola de qualidade é certamente aquela que possui clareza quanto a sua finalidade social, o que em geral se dá por meio do projeto político pedagógico e da gestão democrática. A escola precisa observar o cumprimento de seu papel no que tange à atualização histórico-cultural dos educandos mediante apreensão dos saberes historicamente produzidos pelo conjunto da sociedade.

Como mencionado na introdução deste artigo, a Promotoria Regional de Educação que abrange o município de Portão apresentou os dados relativos ao município em relação ao quantitativo de matrículas, distorção e taxas de rendimento. De acordo com os dados apresentados a respeito das matrículas nos anos iniciais, em 2015, havia 2.344 estudantes matriculados; em 2019, 2.256 estudantes. Já nos anos finais do Ensino Fundamental, em 2015, havia 1.809 estudantes matriculados; em 2019, 1.732 estudantes (Rio Grande do Sul, 2019). Com isso, observamos uma diminuição na taxa de matriculados nos anos finais, estabelecendo um comparativo de 2015 até 2019.

Com relação à taxa de distorção idade/série, em 2019, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentava-se um dado de 14,7 %; e, nos anos finais, encontrou-se a expressiva porcentagem de 42,8 %.

Os dados apresentados já vêm sendo discutidos amplamente, não só pela escola, mas pela educação do município como um todo, para que se busquem alternativas para o enfrentamento da defasagem idade/

série e a correção do fluxo escolar, de maneira efetiva e assertiva, pois o percentual de 42,8 % de distorção para os anos finais do Ensino Fundamental não pode passar despercebido. Além disso, o percentual de reprovações que, somado com o abandono, passa de 30 % é também uma questão que precisa ser estudada e que demanda ações para evitar essa situação. A pesquisa que resultou neste artigo pretendeu ser um suporte para essa análise e ajudar a trilhar caminhos possíveis pela escola e pela comunidade escolar em busca da garantia da aprendizagem e da qualidade da educação.

RESULTADOS: REFLETINDO SOBRE A REALIDADE

Garantir a todos uma trajetória escolar bem-sucedida é um dever de todos os educadores e deveria ser um compromisso de todos os órgãos responsáveis pela educação. No intuito de compreender os índices de distorção idade/série e os desafios implicados na gestão do trabalho pedagógico na Escola Municipal de Ensino Fundamental Vila São Jorge, inicialmente, realizou-se uma análise dos dados obtidos para que assim se entendesse a realidade da escola.

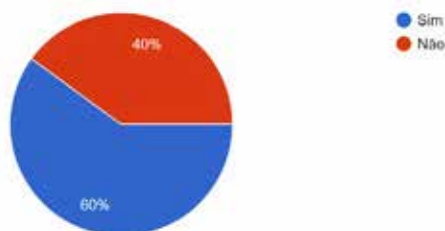
Na pesquisa realizada¹¹ com os professores da escola mencionada, podemos perceber a porcentagem de estudantes que estão em distorção idade/série. Foram entrevistados 17 professores – três da Educação Infantil, sete dos anos iniciais do Ensino Fundamental e sete dos anos finais do Ensino Fundamental – e três membros da equipe de gestão da escola – diretora, vice-diretora e supervisora escolar.

11 O Termo de Consentimento Institucional referente à pesquisa realizada na EMEF Vila São Jorge encontra-se em poder das autoras.

Conforme podemos ver no Gráfico 2,¹² ao serem interrogados se tinham alunos em distorção idade/série, 60 % dos entrevistados afirmaram que já tiveram ou têm essa situação em suas turmas.

Gráfico 2 – Distorção idade/série na escola.

1) Nas turmas em que trabalha, você tem aluno em distorção idade/série?
20 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Legenda descritiva: O gráfico sobre "Distorção idade/série na escola" possui formato circular (pizza) e apresenta as respostas para o questionamento: "Nas turmas em que trabalha, você tem alunos em distorção idade/série?" À direita uma legenda, em que o azul representa as respostas "sim" e o vermelho "não". Ao todo, foram 20 respostas em que 60% responderam "sim" e 40% "não".

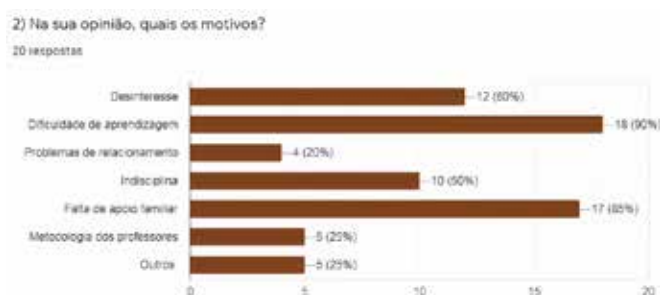
Os motivos para a distorção idade/série elencados pelos docentes nos questionários foram a repetência e o ingresso tardio com suas múltiplas causas, dentre elas a dificuldade na aprendizagem. Esses, segundo os professores, são os fatores que levam os estudantes a estar na sala de aula com idade acima da dos demais, gerando inúmeras consequências para os envolvidos.

12 Dados coletados pelas pesquisadoras na EMEF Vila São Jorge via Google Forms.

Esse fato ocasiona um estímulo à evasão, prejudicando o andamento do estudante no fluxo do sistema educativo, também resultando em desperdício de recursos financeiros e frustrações de perspectivas pessoais. Além disso, cabe evidenciar que parte das políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino preocupa-se com o fracasso escolar e com o fato de a defasagem idade-série estar atuando diretamente no resultado dos indicadores de evasão, abandono e reprovação (Fritsch; Vitelli; Rocha, 2014, p. 221).

Outro dado muito relevante que apareceu na pesquisa foram os fatores que levam a essa distorção. O destaque está justamente, conforme o que já vem sendo mencionado, na dificuldade de aprendizagem e na falta de apoio familiar.

Gráfico 3 – Motivos que levam à distorção idade/série.



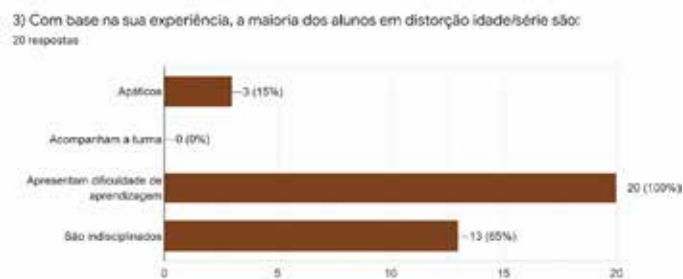
Fonte: Elaborado pelos autores.

Legenda descritiva: O gráfico de barras horizontais sobre os “Motivos que levam à distorção idade/série”, apresentam as respostas para o seguinte questionamento: “Na sua opinião, quais são os motivos que levam à distorção idade/série?” Dentre os motivos apresentados, 90% estão relacionados à dificuldade de aprendizagem, seguidos por 85% das respostas para falta de apoio familiar. 60% referem-se ao desinteresse, 50% indisciplina, 25% à metodologia dos professores e a outros fatores e 20% a problemas de relacionamento (fim da descrição).

O maior número de casos apontados pela pesquisa ocorre nos anos finais do Ensino Fundamental ou um pouco antes, a partir do 5º ano. Alguns estudantes começam a se desestimular, vão perdendo o interesse,

e isso está muito presente no 6º ano, considerando que, a partir desse ano, os alunos passam a ter vários professores, na maioria das vezes um professor por componente curricular (nos anos iniciais, a organização curricular é feita por unidocência – um professor titular por turma). A pesquisa identificou que uma das questões que podem estar associadas ao menor número de casos de evasão e reprovação dos anos iniciais tem relação com a aproximação, com o vínculo que é criado pelos docentes com os estudantes, já que convivem por mais tempo.

Gráfico 4 – Perfil dos alunos em distorção idade/série.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Legenda descritiva: O gráfico de barras horizontais sobre o “Perfil ds alunos em distorção idade/série”, responde ao questionamento: “Com base na sua experiência, a maioria dos alunos em distorção idade /série tem como perfil”. 100% das respostas indicam alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, 65%, alunos indisciplinados e 15% indicam alunos apáticos. (Fim de descrição).

No momento em que analisamos esses dados, percebemos que, caso os estudantes pudessem ter sido escutados, o que não foi possível em razão da pandemia de covid-19, provavelmente poderíamos agregar outra compreensão que nos trouxesse outros motivos talvez aqui não mencionados. Porém, deixamos registrada a necessidade de que isso seja previsto pela ação da escola.

Outra questão que surge com a pesquisa é: por que muitos desses estudantes em distorção idade/série são encaminhados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que não é ofertada pela escola? Podemos nos perguntar também sobre onde está a responsabilidade da escola, da modalidade sequencial (regular), com a matrícula, a frequência e o sucesso (aprovação) dos estudantes. Por isso, precisamos entender todo esse processo: o caminho do estudante no ensino sequencial e sua saída para a Educação de Jovens e Adultos.

A pesquisa, ao levantar essa questão, buscou analisar a percepção de professores que atuam na única escola municipal de Portão que oferece a modalidade EJA a respeito dos estudantes que se encontram em distorção idade/série e são recebidos na EJA. Segue um excerto de uma professora:

Geralmente ele veio “expulso” da escola diurna e está na expectativa de entrar para a escola dos adultos que vão para escola à noite, que fazem o que bem entendem. São aqueles que foram excluídos da escola regular antes de concluir o quinto ano. Quando vê que seus colegas não são seus pares sociais, que está num grupo mais identificado com seus pais e avós, ele quer saber o que precisa fazer para ir para o próximo Módulo, da gurizada (Relato de uma professora da EJA, da Rede Municipal de Ensino de Portão, dos anos iniciais, 2020).

A professora segue sua fala dizendo que o estudante, quando decide seguir os estudos no módulo seguinte, relativo aos anos finais, age de forma proativa:

Ouve as possibilidades, participa daqueles momentos de construção de conceitos, de reflexão do ser aluno, de como aprender... Escolhe: ou se organiza, organiza seus conhecimentos que basicamente estão solidificados no ensino regular com anos de repetência e dão conta desta fase inicial de EJA, se prontifica a expor suas dificuldades de aprendizagens, estuda, faz as tarefas, aprende, dá conta do que faltava, vai para o próximo Módulo e segue suas aprendizagens em meio ao pessoal mais jovem, ou desiste. Às vezes voltam para a nossa sala de aula no recreio, às vezes vem para perguntar dúvidas de um novo conteúdo [...] (Relato de uma professora da EJA, da Rede Municipal de Ensino de Portão, dos anos iniciais, 2020).

É necessário compreendermos todos os fatores que estão envolvidos nas questões de reprovação, a distorção idade/série e as implicações geradas não só pelos índices, mas também pelas trajetórias desses sujeitos que são submetidos a situações de fracasso.

Garcia (2019, p. 295) corrobora essa ideia quando se refere à distorção idade/série e ao caminho que o jovem percorre até chegar na EJA:

Se faz necessário repensar a escola de “ensino regular sequencial” para que não seja mais preciso o jovem transferir-se da mesma para frequentar a EJA, por ser grande demais, por apresentar um risco com sua presença indisciplinada, ou, ainda, por estar em disfunção idade-série.

Tudo isso vai além da realidade que a escola apresenta: faz parte de um problema percebido no contexto nacional, que também é indicado nas avaliações de larga escala e em documentos internacionais. O

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) também se manifesta sobre isso:

Além de enfrentar o círculo vicioso de reprovação, atraso escolar, distorção idade-série e abandono, é importante que as redes educacionais e as escolas busquem construir uma nova cultura, na própria escola e em diálogo com as famílias, de não mais produzir fracasso escolar. Uma cultura de currículo que permita a todos aprenderem com significado (Unicef, 2018, p. 14).

Há índices que ajudam a compor esse retrato retirados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), uma ferramenta para acompanhar o desempenho da escola, calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para os municípios. Analisando o IDEB do município de Portão e da EMEF Vila São Jorge (4º/5º ano e 8º/9º ano) referente ao ano de 2019, constatamos que a nota do município no IDEB 2019 para os anos iniciais ficou em 5.9, sendo que a média projetada foi de 6.1.

Com relação à escola pesquisada, a média do IDEB nos 4º/5º anos ficou em 5.5, visto que a meta projetada era de 6.4. Dos 8º/9º anos, a nota referente ao ano de 2019 não apareceu, em razão de o número de participantes no SAEB ser insuficiente para que os resultados fossem divulgados.

Dessa maneira, sinaliza-se que os dados e as reflexões que estamos apresentando apontam para uma cultura de reprovações e, por consequência, para a distorção idade/série, naturalizando, por vezes, essa situação. Não há como falar em correção de fluxo escolar sem pensar em

alternativas de manutenção desse fluxo, ou corre-se o risco de apenas criar paliativos, perpetuando o mesmo ciclo conhecido nas escolas, com sujeitos em situação de não aprendizagem.

A construção de caminhos possíveis de percorrer

São muitos os desafios colocados para a escola e seus profissionais em relação aos temas da contemporaneidade; entre eles estão as questões geracionais, as novas configurações familiares, o consumo exacerbado e o excesso de exposição aos meios eletrônicos. Logo, faz-se necessário promover diálogos sobre as temáticas que envolvem o contexto cotidiano dos estudantes, tendo como perspectiva que a educação deve ser guiada pelos princípios da democracia, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes na escola e proporcionando-lhes as condições necessárias para que obtenham êxito, sem qualquer forma de discriminação.

Durante a pesquisa, várias soluções foram apontadas pelos entrevistados em relação às questões de reprovações e distorções idade/série, das quais destacamos:

Quadro 1 - Soluções apontadas.

Uma proposta a curto prazo seriam turmas de aceleração. Mas, a longo prazo, é importante que a escola tenha um projeto para as famílias se integrem com a escola e, conseqüentemente, acompanhar a vida escolar de seus filhos. Acredito que também seria importante os professores reverem as suas metodologias quando um percentual muito grande da turma está reprovando.

Seria interessante fazer um “acelera”, mas de uma forma pedagógica coerente com o ensino. Criar um projeto para alunos que estão com dificuldade e tentar recuperá-los para avançarem de turma.

Na minha opinião, é uma questão social, porque a maioria dos alunos que apresentam o problema da distorção idade/série são justamente os menos favorecidos e com família desestruturada, mas penso que devemos fazer algumas ações simples que estão ao nosso alcance, como trazer as famílias para a escola, dialogar com elas e se aperfeiçoar buscando novas práticas de ensino.

Construção de uma turma diferenciada, com metodologia diferente da convencional, aulas de reforço em contraturnos, maior acompanhamento docente, maior incentivo financeiro e pedagógico, educação integral com alimentação reforçada (café da manhã e almoço na escola).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em todas as respostas apresentadas, percebeu-se que a correção do “fluxo” deve partir de um trabalho pedagógico que seja efetivo, que busque e resgate a família para dentro da escola e que crie condições pedagógicas para transformar a aprendizagem desses estudantes. So-ma-se a essa análise também a professora historiadora do município, quando diz que:

A escola é o melhor lugar e o melhor caminho para a luta política pela igualdade e inclusão social. Uma visão de escola democrática aposta na universalidade da cultura escolar, no sentido de que cabe à escola transmitir os saberes públicos que apresentam um valor, independentemente de circunstâncias e interesses particulares, em função do desenvolvimento humano (Girardi, 2020, p. 21).

Não podemos deixar de mencionar o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Portão (RS), com destaque à meta 2: “Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95 % (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME” (Portão, 2015, p. 52).

Cabe aqui lembrar que o último ano de vigência do PME será 2025. Esse Plano é uma política educacional de planejamento que contém metas e estratégias para curto, médio e longo prazos, objetiva atender às demandas reais da educação do município e engloba ações de todas as esferas administrativas atuantes no território municipal.

Pelos estudos e análises da pesquisa, podemos dizer que uma sugestão para alterar a realidade aqui posta seria construir uma proposta que utilizasse as brechas da legislação sobre as classes de aceleração, que é uma estratégia de intervenção pedagógica, cuja metodologia alternativa objetiva sanar lacunas de aprendizagem e melhorar o desempenho dos estudantes, possibilitando uma equalização do tempo *versus* aprendizagem ao longo de sua trajetória escolar. Como consequência dessas ações, espera-se corrigir o fluxo e superar a questão do fracasso escolar, que tem raízes tanto na desigualdade social quanto em mecanismos internos à escola.

A proposta das classes de aceleração,¹³ de maneira geral, visa diminuir a defasagem idade/série, corrigindo o fluxo escolar ao readaptar estudantes com dois anos ou mais de repetência no ensino sequencial.

13 A aceleração da aprendizagem é um termo atribuído ao programa instituído em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), que visa corrigir a distorção do fluxo escolar, ou seja, a defasagem entre a idade e a série que os estudantes deveriam estar cursando.

A correção do fluxo escolar demanda políticas públicas, financiamento e proposta pedagógica, pois existe legislação específica para isso. Vejamos o que diz o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, na Resolução nº. 343:

Art. 4º As Instituições de ensino devem implementar projetos pedagógicos contemplando diferenciação curricular, conforme o disposto no artigo 23 da LDBEN, para os adolescentes com defasagem idade/etapa escolar, podendo ser adotado como referência o Programa Trajetórias Criativas (Rio Grande do Sul, 2018, p. 3).

Em conversa com a Secretária de Educação de Portão, ela apontou algumas ações que já vêm sendo realizadas com os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem:

Para prevenção, em 2019, criamos o Núcleo de Aprendizagem, um projeto em parceria com a APAE do município, com o objetivo de atender crianças do 3º ano do EF com dificuldades de aprendizagem e crianças da Educação Infantil com dificuldades na fala. Contempla duas profissionais de Psicopedagogia, uma fonoaudióloga, uma psicóloga e uma profissional intérprete em LIBRAS. Em 2020, pretendíamos ampliar a carga horária de alguns profissionais; infelizmente, devido à pandemia, não conseguimos dar seguimento (Entrevista com a Secretária de Educação de Portão, Rosaura Gomes, 2020).

Certamente, algumas estratégias de superação dos problemas educacionais que afetam a instituição escolar, com esforço coletivo, são possíveis de serem aplicadas, o que consideramos fundamental para

que haja uma crescente melhora em relação aos problemas de distorção diagnosticados e à possibilidade de os estudantes enfrentarem cada vez menos o tão debatido fracasso escolar. Nesse sentido, Hoffmann (2001, p. 112) nos ajuda a entender a importância do envolvimento e da escuta das diferentes vozes da comunidade escolar:

É preciso criar espaços para ouvir o grupo de pessoas envolvidas, sem pressa de chegar a soluções. É preciso dar vez aos mais jovens, à comunidade que vê a escola de fora, aos professores que vêm de outras instituições, aos alunos de todas as idades. É preciso buscar a diversidade de pensamento, ao invés de afastá-la sistematicamente, com medo das discussões acontecerem.

Sob esse enfoque, destacamos que é necessário que surjam novas discussões no interior da escola sobre o tema distorção idade/série e suas causas. Os estudantes precisam ter espaços para dizer o que pensam, numa relação dialógica e recíproca. O Sistema Municipal de Ensino, a comunidade, educandos e educadores podem estabelecer laços de pertencimento com a escola e, ao fortalecerem seus vínculos, conseguir chegar mais perto do entendimento dos problemas que afastam muitos estudantes do sucesso escolar. Com isso, de forma coletiva, cabe buscar alternativas para inclusão dos estudantes em descompasso de aprendizagem, tornando-os parte da escola e buscando que cada vez menos estudantes estejam incluídos nos índices de insucesso escolar.

É por meio dessa construção coletiva que teremos uma organização capaz de efetivar uma educação de qualidade, gratuita e para todos, além de formar cidadãos críticos capazes de transformar a sua realidade. Essas ações devem fazer parte do planejamento da escola. Con-

forme Libâneo (2005, p. 149), “o processo de planejar refere-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões”.

Refletindo também com Werle (2003), podemos dizer que a participação dos sujeitos nas ações e nas decisões ajudaria no empoderamento e no protagonismo de pensar uma escola conectada às suas vidas:

A participação dos indivíduos nas instituições sociais é diretamente proporcional à posse de instrumentos materiais e culturais e suas possibilidades de expressão. Esse aspecto assegura-lhes competência social. Sem isto, os indivíduos tornam-se constrangidos a delegar seus espaços de participação, desapossando-se do campo de poder, dando espaço ao exercício de dominação pelos demais (Werle, 2003, p. 83).

Podemos sinalizar que uma das situações que foi levantada pela escola diz respeito à participação dos pais na vida escolar dos filhos, apontando que se faz necessário buscar uma sinergia entre pais e filhos para que a escola possa ter maior participação das famílias nas atividades e no planejamento escolar.

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola (Freire, 1996, p. 26, grifo do autor).

Em sintonia com o pensamento de Freire (1996), entendemos que é necessário dizer que uma das ações dos gestores é a de possibilitar que a dimensão político-pedagógica da escola aconteça, ou seja, que a escola seja democrática e comprometida com sua função social. Para isso, importantes desafios estão postos: organizar e mobilizar a comunidade escolar, fazendo com que ela atue de forma participativa e efetiva na escola, discutindo e decidindo coletivamente; promover interação e participação dos professores, buscando compreender e desnaturalizar a evasão e as reprovações; e possibilitar que os estudantes sejam também sujeitos de suas aprendizagens e possam se envolver, discutir e encontrar caminhos para resolução dos problemas que se relacionam com a disfunção idade/série.

CONCLUSÃO

Ao finalizar este artigo, recordamos de como iniciamos a pesquisa que deu origem a ele e como percorremos os caminhos das indagações, da vivência – principalmente da primeira autora do artigo, como professora na escola pesquisada e membro do Conselho Municipal de Educação – e das leituras realizadas sobre a distorção idade/série, tendo como perspectiva os princípios da Gestão Democrática. Na caminhada, muitas dúvidas fizeram parte da trajetória da pesquisa. Agora, ao finalizar, mesmo sabendo que toda conclusão é provisória, podemos fazer algumas considerações conclusivas.

Consideramos que a mudança da escola será possível à medida que tivermos consciência da necessidade de refletir sobre a práxis pedagógica. Mais do que investigar as causas que elevam os índices de reprovação, evasão e disfunção idade/série, é preciso entender que existe um conjunto de fatores, tanto sociais e econômicos quanto culturais, que envolvem os problemas educacionais de cada sujeito. Assim, não é aceitável que seja atribuída ao indivíduo a culpabilização pelo seu fracasso.

É necessário exigir políticas públicas que colaborem na construção de propostas pedagógicas voltadas ao atendimento com qualidade dos estudantes em “situação de atraso”, para que não sejam excluídos da escola e responsabilizados por isso. E essa situação ainda foi agravada pela pandemia de covid-19. Mais do que nunca, precisamos rever nossas ações pedagógicas dentro da escola, respeitando o direito de cada criança, de cada adolescente, de cada jovem de aprender e se desenvolver na interação com seus pares.

Destaca-se a importância dos Conselhos Escolares para que aconteça o efetivo funcionamento da Gestão Democrática autônoma nas escolas públicas brasileiras e se estabeleçam ações que tenham a intenção de garantir a aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, o currículo precisa ser pensado em relação a acesso, permanência e aprendizagem de todos os seus sujeitos; muito mais do que avaliar e medir o conhecimento, a educação precisa acompanhar o processo de cada um de seus estudantes, entendendo os motivos que levam à não aprendizagem.

A pesquisa indica que esses motivos nem sempre estão relacionados apenas à questão da reprovação, mas, muitas vezes, estão associados a várias situações, como questões familiares, trocas de escola e problemas emocionais. A escola precisa acolher a sua comunidade esco-

lar, buscando efetivar o acompanhamento de todos os seus estudantes, desde a Educação Infantil até a finalização de todas as suas etapas, compreendendo que todos os sujeitos aprendem, cada um no seu tempo e no seu ritmo.

Acreditamos que a análise desenvolvida durante todo o processo de pesquisa desvelou uma trama de vários aspectos pedagógicos e sociais que estão ligados também à função e à natureza do Conselho Escolar. Há um longo caminho a percorrer até a efetivação da Gestão Democrática de uma escola pública com equidade e qualidade. Destaca-se, nesse sentido, que é preciso assumir o processo de escuta dos estudantes, do fortalecimento do protagonismo e da busca por uma proposta pedagógica que seja de fato para cada um deles. É necessário problematizar os números e os índices, pois muitas vezes eles acabam sendo usados para justificar problemas que são naturalizados como fracasso dentro do processo de ensino-aprendizagem.

A investigação na escola permitiu descobrir e construir um caminho possível para que possamos compreender a importância da participação ativa de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensinar e aprender. O encantamento pela temática fez com que este artigo fosse o pontapé inicial para discussões e debates no município acerca da distorção idade/série e, mais do que isso, que ele seja capaz de auxiliar na construção de futuras resoluções, por parte do Conselho Municipal de Educação, que dialoguem com projetos e propostas educacionais dentro das escolas.

Fica o aprendizado de que a escola deve ser o lugar de múltiplas aprendizagens, de muitos conhecimentos, de muita diversidade e de muito acolhimento. A escola é muito mais que um prédio: é o lugar que

possibilita a transformação e a emancipação dos sujeitos. Que possamos fortalecer nossas ações com o diálogo democrático da participação social e da busca pela equidade e qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- EQUIDADE. In: Michaelis. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=dpWV>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- FLUXO. In: Michaelis. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=fluxo>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Autores Associados Cortez, 1989.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRITSCH, R.; VITELLI, R.; ROCHA C. S. Defasagem idade-série em escolas estaduais de Ensino Médio do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 95, nº. 239, p. 218-236, 2014.
- GARCIA, E. E. B. Sujeitos da educação de jovens e adultos e a prática educativa. In: CORSETTI, B. (org.). *Histórias e políticas educacionais: contexto e análises contemporâneas*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019. p. 283-297.
- GIRARDI, J. P. S. *A educação democrática e as contribuições dos projetos escolares*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.
- HOFFMANN, J. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Indicador apresenta distorção idade-série para Ensino Fundamental e Médio*. Brasília, DF: MEC, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/indicador-apresenta-distorcao-idade-serie-para-ensino-fundamental-e-medio>. Acesso em: 16 ago. 2020.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2005.

OLIVEIRA, D. A. (org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, J. F.; MORAIS, K. N.; DOURADO, L. F. Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações. In: OLIVEIRA, J. F. de; BITTAR, M. (org.). *Gestão e Políticas da Educação*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2004. Disponível em: <https://silو.tips/download/joao-ferreira-de-oliveira-ufg-karine-nunes-de-moraes-ufg-luiz-fernandes-dourado>. Acesso em: 16 out. 2020.

PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 2002.

PORTÃO. *Lei municipal nº. 2.505*, de 23 de junho de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação - PME no Município de Portão e dá outras providências. Portão, 23 jun. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. *Resolução nº. 343*, de 11 de abril de 2018. Consolida normas relativas à oferta da Educação de Jovens e Adultos - EJA, no Sistema Estadual de Ensino. Define providências para a garantia do acesso e permanência de adolescentes e jovens com defasagem idade/etapa escolar na oferta diurna. Acrescenta o inciso X no artigo 16 da Resolução CEEed nº 320, de 18 de janeiro de 2012, e os §§ 4º e 5º ao artigo 22 da Resolução CEEed nº 334/2016. Dá outras providências. Rio Grande do Sul, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/resolucao-n-0343-2018>. Acesso em: 21 maio 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Mapa Social do município de Portão*. Rio Grande do Sul, 23 fev. 2022. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/mapa_social/arquivos/relatorios/sociais/SOC_213_213.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

SOARES, S.; SATYRO, N. *O impacto da infraestrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de Ensino Fundamental: 1998 a 2005*. Brasília, DF: IPEA, 2008. (Texto para Discussão, nº. 1338). Disponível em: <http://www.econstor.eu/bitstream/10419/91254/1/577095250.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2020.

UNICEF. *Panorama da distorção idade-série no Brasil*. [S. l.]: Unicef, 2018.
Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

WERLE, F. O. C. *Conselhos escolares: implicações na gestão da Escola Básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

WERLE, F. O. C. O sistema municipal de ensino e a construção do regime de colaboração na política educacional brasileira. *In*: BONIN, I. *et al.* (org.). *Trajetórias e processos de ensinar e aprender: políticas e tecnologias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 181-204.